

# Só nova lei resolve caso das mensalidades

JORGE CARDOSO

Um anteprojeto de lei que consolida tudo o que já foi feito, nascido de reunião entre todos os Conselhos de Educação estaduais, poderá resolver o impasse que se instalou no País, em torno do reajuste das mensalidades escolares. A impressão é do presidente do Conselho de Educação do DF (CEDF), Gildo Willadino, que reuniu ontem à tarde com os demais conselheiros, para analisar os pedidos de homologação de acordos em escolas e outros assuntos iminentes à matéria.

Segundo ele, o órgão ainda não recebeu resposta aos questionamentos feitos à procuradora Leila Dourado, em 19 de julho último, sobre três pontos que têm causado polêmica entre pais, donos de estabelecimentos de ensino, entidades de defesa do consumidor e o próprio CEDF. O Conselho quer saber se a liminar da Justiça congela ou não as mensalidades, por estabelecer o limite de 255 por cento para correção das prestações, se as mesmas podem ser corrigidas pela URP, e se os acordos nos colégios têm que ser firmados, necessariamente, pela maioria dos representantes legais dos alunos ou através das Associações de Pais e Mestres.

## PEDIDOS

A reunião entre os conselheiros durou cerca de três horas. Não houve homologação dos dois únicos acordos contidos na pauta, solicitada pelo Inei e o Colégio Santa Rosa. Embora a Câmara de Legislação e Normas os tenha aprovado, o conselheiro Walter Esteves pediu vista dos processos. Em sua opinião, o assunto está sub judice, havendo necessidade de se analisar mais profundamente a natureza da liminar.

Ainda sobre acordos, Gildo Willadino não condenou a postura da Curadoria Especial de Defesa do Consumidor (Cedecon), de tentar um entendimento com o Sindicato de Estabelecimentos de Ensino (Sinepe), no sentido de que se faça cumprir o Decreto 95.921/88, estabelecendo o índice mínimo de 96,42 por cento, dado em março aos professores, e corrigindo este percentual no caso de escolas que deram reajuste maior. "Todas as entidades podem fazer acordos, inclusive pessoas", disse ele.

Os membros do Conselho decidiram, ainda, apurar o que realmente aconteceu na quinta-feira passada, no Colégio Minas Gerais (906 Norte). A escola foi acusada de impedir o acesso, às salas de aula, dos alunos cuja prestação de agosto não havia sido paga. Mediante um levantamento de ocorrência, que deve durar 72 horas, a Sunab e o Departamento de Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação vão verificar a veracidade da denúncia, a situação do estabelecimento e se a mensalidade estava mesmo vencida. Conforme Willadino, na hipótese de os fatos ocorridos e noticiados corresponderem à realidade, o CEDF tomará, na próxima segunda-feira, uma posição. O tipo de atitude a ser tomada, ele não quis adiantar.

## Procon computa 400 denúncias

Pelo menos a metade dos pedidos de orientação que o Procon recebe diariamente se referem a acordos realizados em estabelecimentos de ensino particulares. Segundo a diretora do órgão, Elisa Martins, até sexta-feira passada foram registradas mais de 400 denúncias, de pais que se sentem pressionados pelas escolas para entrarem em entendimento com os proprietários ou em busca de critérios sobre o reajuste legal das mensalidades.

Elisa Martins explicou, ontem à tarde, que existem dois caminhos para a resolução do impasse: "As prestações podem ser corrigidas, de acordo com a tabela elaborada pelo Conselho de Educação, aplicando-se a liminar. No caso de acordo, este deve ser coletivo, com ampla discussão entre as partes. Nunca unilateral". Acrescentou que a média diária — que antes era de 40 telefonemas, está diminuindo, provavelmente em função do convênio entre o Conselho de Educação e a Sunab.

Todas as denúncias recebidas são encaminhadas imediatamente à Sunab, conforme a diretora do Procon. "A partir daí, cabe ao órgão fiscalizador notificar o estabelecimento. Nosso papel está sendo cumprido", assegurou, lembrando que, em caso de dúvidas, os pais devem procurar as entidades de defesa do consumidor.

## "GUERRA"

A fiscalização da Sunab nas escolas vai continuar até que seja oficializado um acordo com os pais e que tenha respaldo legal. Enquanto isto não acontece, os fiscais continuarão a visitar os estabelecimentos e notificar aqueles que possivelmente estejam cometendo irregularidades na cobrança das mensalidades.

Segundo o delegado Regional da Sunab, Paulo Guimarães, até ontem já haviam sido notificadas 47 escolas, todas sob suspeita de reajuste irregular. Esta semana o trabalho dos fiscais será menor porque restam poucas escolas na lista do órgão.

Guimarães informou que a Sunab, atendendo solicitação dos estabelecimentos de ensino, prorrogou o prazo de entrega da documentação, tendo em vista que alguns diretores estão viajando e outros ainda têm de preparar a papelada. Isto significa que tão cedo não terá início o exame do material que pode comprovar ou não se houve irregularidade.

O fato é que a Sunab, apesar de continuar a fiscalização, está de "mãos amarradas", ou seja, não pode fiscalizar direito e muito menos multar alguma escola sem que antes o juiz estipule o limite de reajuste e as regras do jogo. Anteriormente, quando o reajuste (por lei) era de 255,5 por cento, a Sunab tinha um parâmetro. Hoje não há nenhum.